

Itinerários formativos e ‘liberdade de escolha’: *Novo Ensino Médio em São Paulo*

**Training itineraries and ‘freedom of choice’:
*the New High School in São Paulo***

**Itinerarios formativos y ‘libertad de elección’:
*Nueva Escuela Secundaria en São Paulo***

 **FERNANDO CÁSSIO***

Universidade Federal do ABC, Santo André- SP, Brasil.

 **DÉBORA CRISTINA GOULART****

Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos- SP, Brasil.

RESUMO: Este trabalho analisa a promessa de ‘liberdade de escolha’ feita a estudantes brasileiros/as com a Lei n. 13.415/2017, articulando três elementos: i) delineamento da ‘livre escolha’ no Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed e na Frente Currículo e Novo Ensino Médio; ii) o estado de São Paulo na vanguarda nacional da implementação do Novo Ensino Médio – NEM; iii) relação entre escolha individual, oferta de itinerários formativos e indicadores socioeconômicos na rede estadual paulista. A análise comparada da ‘escolha’ de itinerários pelos/as estudantes – feita em 2021, *online* – e da efetiva oferta dos itinerários pelas escolas em 2022 confirma duas previsões das pesquisas em educação: i) a ‘livre escolha’ no NEM depende das condições materiais das redes de ensino, mais que das aspirações individuais; ii) estudantes de nível socioeconômico mais elevado têm maior ‘liberdade de escolha’. Assim, o estado de São Paulo é primeiro a demonstrar que a flexibilização curricular prometida na reforma amplifica as desigualdades educacionais.

* Doutor em Química e professor do Centro de Ciências Naturais e Humanas da Universidade Federal do ABC. *E-mail:* <fernando.cassio@ufabc.edu.br>.

** Doutora em Ciências Sociais e professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo. *E-mail:* <debcgoulart@gmail.com>.

Palavras-chave: Ensino médio. Desigualdades Educacionais. Educação Integral. Projeto de Vida.

ABSTRACT: This paper analyzes the promise of ‘freedom of choice’ made to Brazilian students by Law No. 13,415/2017, articulating three elements: i) the design of ‘free choice’ in the National Council of Secretaries of Education – Consed – and in the Curriculum and New High School Front; ii) the state of São Paulo in the national vanguard of the implementation of the New High School – NEM; iii) the relationship between individual choice, offer of training itineraries and socioeconomic indicators in the state network of São Paulo. The comparative analysis of the ‘choice’ of itineraries by students – made in 2021, online – and the effective offer of itineraries by schools in 2022 confirms two predictions of research in education: i) the ‘free choice’ in the NEM depends on material conditions from education networks rather than individual aspirations; ii) higher socioeconomic level students have greater ‘freedom of choice’. Thus, the state of São Paulo is the first to demonstrate that the curricular flexibility promised in the reform amplifies educational inequalities.

Keywords: High school. Educational Inequalities. Comprehensive Education. Life Project.

RESUMEN: Este artículo analiza la promesa de ‘libertad de elección’ hecha a los/as estudiantes brasileños/as bajo la Ley n. 13.415/2017, articulando tres elementos: i) diseño de ‘libre elección’ en el Consejo Nacional de Secretarios de Educación – Consed y en el Frente Curricular y Nueva Escuela Secundaria; ii) el estado de São Paulo en la vanguardia nacional de la implementación de la Nueva Escuela Secundaria – NEM; iii) relación entre elección individual, oferta de itinerarios formativos e indicadores socioeconómicos en la red estatal de São Paulo. El análisis comparativo de la ‘elección’ de itinerarios por parte de los/as estudiantes –realizado en 2021, *en línea*– y de la oferta efectiva de itinerarios por parte de las escuelas en 2022 confirma dos vaticinios de la investigación en educación: i) la ‘libre elección’ en el NEM depende de las condiciones materiales de las redes educativas, más que de las aspiraciones individuales; ii) los/as estudiantes de mayor nivel socioeconómico tienen mayor ‘libertad de elección’. Así, el estado

de São Paulo es el primero en demostrar que la flexibilidad curricular prometida en la reforma amplifica las desigualdades educativas.

Palabras clave: Escuela secundaria. Desigualdades Educativas. Educación Integral. Proyecto de Vida.

A promessa da ‘livre escolha’

Um importante agente para a definição do conteúdo da Lei n. 13.415/2017 – que derivou da Medida Provisória – MP n. 746/2016 e instituiu a reforma do ensino médio no Brasil – foi o Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed, que reúne os 27 secretários estaduais de educação do país e é assessorado por agentes privados que vêm atuando em prol da reforma desde os conflitos em torno do Projeto de Lei – PL n. 6.840/2013 sobre o tema.

Os argumentos favoráveis à reforma se concentravam na suposta dicotomia entre quantidade e qualidade, enfatizando que a ampliação desordenada do ensino médio no país não fora acompanhada de melhoria proporcional na qualidade do ensino ofertado – o que teria sido demonstrado pelas avaliações em larga escala das últimas décadas. A defesa da reforma também buscava lastro na existência de um grande contingente de jovens egressos/as do ensino médio que não prosseguem os estudos no ensino superior nem conseguem uma colocação no mundo do trabalho – alcunhados pelos reformadores de ‘geração nem-nem’. As múltiplas causas desse fato social complexo foram reduzidas pelos elaboradores da reforma a apenas uma: a baixa atratividade do ensino médio, cujo “currículo extenso, superficial e fragmentado” (BRASIL, 2016) estaria distante das necessidades do mundo do trabalho e seria a verdadeira razão do desencanto dos/as jovens com a escola. A solução para todos os problemas seria flexibilizar as trajetórias escolares em um currículo mais prático e atrativo, que aproximasse a escola de ensino médio das demandas dos empregadores, somando-se a isso a ampliação da jornada escolar.

A edição de uma MP para instituir uma reforma curricular nacional de vastas proporções gerou divergências até entre apoiadores da reforma (SANTOS & SILVA, 2022), mas foi placidamente justificada pelo então secretário de educação básica do Ministério da Educação – MEC, Rossieli Soares da Silva, para quem o debate sobre a reforma do ensino médio era “fruto do amplo debate acumulado no país nas últimas décadas, o que permitiu ao governo acelerá-la” (CORDÃO, 2017, p. 277). Não obstante esdrúxula, a edição de uma MP cumpriu a função de agilizar o que já vinha sendo desenhado no interior do Consed, especificamente no Grupo de Trabalho do Ensino Médio – GT-EM, reformulado em junho de 2015, com a função principal de construir um texto substitutivo ao PL nº 6.840/2013. O GT-EM foi criado para atuar em quatro frentes: i) programa de formação

em planejamento para a implementação e o desenvolvimento do ensino médio; ii) BNCC e flexibilização curricular; iii) educação técnica e profissional; iv) ensino de tempo integral (CONSED, 2018a). As três últimas frentes constituem o núcleo da reforma do ensino médio, sendo a primeira uma das ações que organizaram a implementação da reforma nos estados. Isso ocorreu por meio da formação de equipes técnicas e da contratação de assessorias, oferecidas às secretarias estaduais por agentes privados/as elaboradores/as e interessados/as na reforma. A presença de reformadores/as na relação Consed/MEC estabelecida desde 2012, como afirma Alana Lemos Bueno (2021), saiu fortalecida com o golpe de 2016 e é evidenciada no processo de implementação da Lei n. 13.415/2017.

A primeira frente do GT-EM no Consed esteve circunscrita a um curso “em parceria e financiado integralmente pelo Instituto Unibanco e Itaú BBA” (INSAPER, 2017, p. 11), realizado pelo Instituto de Ensino Insper nos anos de 2017 e 2018 (CONSED, 2018a; 2018b) e voltado a apresentar os “dilemas da reorganização curricular do ensino médio” e a “elaborar um plano de implementação” (INSAPER, 2017, p. 12). A avaliação do GT-EM, em novembro de 2018, salientou que a atuação dos parceiros naquela empreitada (Itaú BBA, Instituto Unibanco e Instituto Natura) “contribuiu para o trabalho das SEE [Secretarias Estaduais de Educação] a partir da expertise acumulada pelos parceiros”, de forma que a integração das quatro frentes no GT-EM permitiria “a criação de um modelo de trabalho integrado replicável nas SEE” (CONSED, 2018b, p. 13-14).

A partir da construção de um mapeamento das iniciativas de cada secretaria de educação, o Consed ampliou a articulação para a implementação da reforma nos estados e, a partir de 2019, esta passou a ocorrer no âmbito da Frente Currículo e Novo Ensino Médio, que objetivava “assegurar que as 27 Unidades da Federação elaborassem currículos coerentes, consistentes e aptos a serem implementados pelas escolas públicas de Ensino Médio de todo o país” (FRENTE, 2019a, p. 4). Com a coordenação dos secretários estaduais Rossieli Soares da Silva (SP), Aléssio Trindade (PB), Getúlio Marques (RN) e Suamy Vivecananda (RO), a Frente organizou instâncias de articulação em que os parceiros – Instituto Unibanco, Itaú BBA, Oi Futuro, Instituto Natura, Movimento pela Base, Instituto Inspirare, Instituto Sonho Grande, Instituto Reúna e Fundação Telefônica Vivo – produziram pesquisas, elaboraram planos de ação e produtos de comunicação, apoiaram ações de *advocacy* e financiaram os 27 analistas contratados pelo Consed para acompanhar nos estados o andamento da implementação do ‘Novo Ensino Médio’ – o NEM, nome-fantasia da reforma (FRENTE, 2019a).

Coube ao Consed contratar os analistas com o “apoio do Vetor Brasil¹ e remuneração pelo projeto” (FRENTE, 2019a, p. 7), além de mobilizar as secretarias estaduais para a implementação do NEM com suporte dos GTs Ensino Médio e Educação Profissional e Técnica – EPT (agora reunidos), bem como fazer a “articulação política com atores estratégicos (especialmente com MEC e CNE)” (FRENTE, 2019a, p. 8). A centralidade das ações dos parceiros privados não é um elemento menor, visto que tais agentes assumiram tarefas específicas na implementação do NEM em todos os estados.

A Frente foi uma organização fundamental na indução da implementação do NEM nas redes estaduais. Seu primeiro encontro, entre 10 e 12 junho de 2019, apresentou as bases nas quais a reforma deveria ser conduzida nos estados, discutindo a relação entre a BNCC, as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2018 (Resolução CNE/CEB n. 3/2018), a arquitetura flexível do NEM com a EPT e a forma de condução das negociações entre CNE, Conselhos Estaduais de Educação – CEE e MEC. O debate foi conduzido por Rosieli Soares (coordenador da Frente), Wisley Pereira (MEC) e Eduardo Deschamps (CNE). No segundo encontro, de 9 a 11 de novembro de 2019, a Frente avançou na produção de materiais de orientação aos estados centrados na arquitetura do NEM: um ‘passo a passo’ do que cada estado deveria realizar; a ferramenta *BNCC comentada*, produzida pelo Instituto Reúna (2020); e uma orientação pormenorizada sobre o arcabouço regulatório da reforma produzida por Deschamps – Assessoria e Treinamentos, apresentada pelo próprio Eduardo Deschamps (FRENTE, 2019)².

O terceiro encontro da Frente, entre 5 e 7 de março de 2020, foi marcado por uma forte preocupação com a construção dos itinerários formativos estaduais e sua articulação com a disciplina Projeto de Vida. A partir da apresentação de uma plataforma desenvolvida pelo Instituto Unibanco para auxiliar as redes no planejamento da oferta de itinerários formativos, o diagnóstico da Frente para as redes estaduais identificou, no estado de São Paulo, uma média de duas escolas de ensino médio por município, sugerindo um potencial de ampliação de tamanho das turmas em 1.138 escolas, da carga horária ou do número de turmas em 1.722 escolas e da carga horária docente em 778 escolas. O diagnóstico também apontou um alto potencial de parcerias para a oferta de itinerários técnicos entre escolas de um mesmo município (37 municípios) e entre cidades vizinhas (461 municípios) (FRENTE, 2020a, p. 19).

O quarto encontro, realizado já durante a pandemia e de forma remota, em 21 e 22 de maio de 2020, deu continuidade ao cronograma que previa iniciar o NEM nos estados em 2022. O encontro enfatizou a articulação entre a formação geral básica, os itinerários formativos e o projeto de vida (FRENTE, 2020b). Embora o tema do projeto de vida tenha sido constante nos encontros da Frente, foi neste último que apareceu como articulador da arquitetura curricular e como argumento para a importância dos itinerários como escolha estudantil baseada, justamente, em projetos individuais. Uma atividade dedicada exclusivamente ao projeto de vida contou com a participação de Franci Alves (Instituto Sonho Grande), Tiago Gomes (Fundação Telefônica Vivo), Yuri Oliveira (Instituto Natura), Hanna Danza (citada como especialista em projeto de vida) e Helena Achilles (coordenadora de etapa do Currículo Paulista) (FRENTE, 2020c). Em palestra intitulada *Itinerários formativos: principais aspectos e retomada dos conceitos* (21 de maio de 2020), Kátia Smole, membra do CEE-SP³ e agora falando em nome do Instituto Reúna, foi categórica:

“está tudo na grande arquitetura do Projeto de Vida. No entanto, nós materializamos essa arquitetura, esse raciocínio da formação da pessoa em torno e para o seu projeto de vida, em

duas grandes ideias: uma ideia de que existe um core – tem um coração – e todo mundo tem que ter acesso a ele. Tem que ser o mesmo conhecimento, que estão nas 1.800 horas e que são fundados na Base Nacional Comum Curricular [para a] etapa do ensino médio. [...] E existe uma outra parte, que é uma parte de escolha. Porque se eu preciso ser protagonista, se eu preciso ser capaz de tomar decisão, se eu preciso entender que projeto de vida é meu, que eu sou responsável por isso, que eu faço escolhas, que as minhas escolhas têm causa e consequência, eu preciso ter uma parte em que eu posso escolher. É aí que os itinerários entram [...]. O futuro define um pouco daquilo que a gente olha e para onde a gente vai. Mas o que precisa ficar claro é que a grande arquitetura está feita em torno do projeto de vida desse estudante. E eu tenho uma parte que todos precisam ter pra desenvolver seu projeto de vida – Base Nacional Comum Curricular – [e] outra parte de escolha” (SMOLE, 2020).

Smole advoga que o cenário de ofertas, a construção dos itinerários e seus currículos devem ser experimentados em projetos-piloto ou, em caso de impossibilidade, a implementação do NEM deve ser monitorada garantindo “*escuta aos estudantes e consulta às equipes gestoras*”.

O estado de São Paulo na vanguarda da implementação

Em 2021, quando Consed, CNE, secretarias estaduais e fundações/institutos educacionais empresariais ainda se debruçavam sobre como ‘colocar o projeto de vida no centro’ da reforma nos estados, o Programa Inova Educação já estava em pleno funcionamento na rede estadual de São Paulo. O projeto-piloto foi realizado em 2019, resultado de um acordo de cooperação entre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – Seduc-SP e o Instituto Ayrton Senna, com participação da Fundação Volkswagen (GOULART *et al.*, 2021). Celebrado em 2018 e com vigência até 2020, o acordo tinha por finalidade a revisão do Currículo Paulista para adequação à BNCC e a “construção de plano piloto de educação integral no tempo parcial para anos finais do EF como preparação para o Novo Ensino Médio, resultante da Lei n. 13.415/2017” (GOULART & ALENCAR, 2021, p. 339).

A disciplina ‘Projeto de Vida’ já estava presente nas escolas do Programa Ensino Integral – PEI, iniciado na rede em 2012, cuja implementação contou com a assessoria do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE, organização que figura em diversos estados como consultoria ligada à implementação do ensino médio em tempo integral, um dos eixos centrais do PL n. 6.840/2013 e da Lei n. 13.415/2017 (BUENO, 2021). “As experiências de escola de tempo integral em São Paulo convergiram para o Programa Inova” (GOULART & ALENCAR, 2021, p. 340), pedra angular da excêntrica noção de ‘escola integral em tempo parcial’ disseminada pelo governo de João Doria e que atrela as competências cognitivas e socioemocionais que figuram na BNCC e no Currículo Paulista à sua proposta de Projeto de Vida.

O Inova Educação pode ser considerado, nesse sentido, como um primeiro movimento da implementação do NEM em São Paulo, estabelecendo uma grade curricular

semanal fixa que, sem fazer parte da formação geral básica e nem dos itinerários formativos, absorveu 150 horas anuais em cada um dos três anos do ensino médio. Visando realizar a segunda promessa do NEM – a possibilidade de qualificação profissional durante o ensino médio para todos/as os/as estudantes –, o estado de São Paulo começou a implantar em março de 2019 o programa Novotec, cujo modelo de funcionamento é o mesmo preconizado pela Lei n. 13.415/2017.

A implantação em escala dos programas Inova Educação e Novotec colocou o estado de São Paulo na vanguarda nacional da implementação do NEM. Com efeito, a ‘arquitetura’ do NEM paulista, com o modelo de distribuição de carga horária adotado no estado (formação geral básica + Inova Educação + itinerários formativos nos períodos diurno, noturno ou em escolas de jornada ampliada de 7 ou 9 horas), serviu como exemplo para as outras redes do país, a partir do material intitulado *Qual o sistema ideal para gerenciar itinerários formativos nas redes?* – discutido no terceiro encontro da Frente Currículo e Novo Ensino Médio do Consed (FRENTE, 2020d). Tomando o estado de São Paulo como referência, o material indica como cada rede de ensino poderia simular a oferta dos itinerários formativos, os investimentos necessários e a alocação de docentes e custos. Dadas as diferenças de contexto entre os estados, foram propostos três cenários para a oferta de itinerários formativos nas redes: i) oferta de itinerários garantida sem abertura de novas turmas; ii) abertura de novas turmas apenas para garantir a oferta de todas as áreas do conhecimento em cada escola; iii) abertura de novas turmas para o atingimento da demanda dos/as estudantes em cada grupo geográfico (municípios ou região) ou até o limite de ociosidade das escolas (FRENTE, 2020d, p. 13). As simulações propostas partiam de premissas como:

A implantação dos itinerários deve se dar de forma centralizada, com a Secretaria de Educação sendo responsável por definir quais itinerários e quantas turmas cada escola deve ofertar;

O estado deve ter um cardápio de itinerários pré-definido;

A arquitetura do currículo deve ser igual para todos os estudantes do estado quando consideramos propedêutico/técnico por série e turno (FRENTE, 2020d, p. 16, grifos no original).

A tentativa do Consed de auxiliar as redes estaduais no planejamento da oferta dos itinerários expõe a contradição entre a promessa da livre escolha, segundo desejos e aptidões dos/as estudantes, e as condições concretas de oferta dos itinerários formativos nas redes de ensino. Os documentos apresentados nos encontros da Frente, ao mesmo tempo em que sugerem centralizar nas secretarias de educação a decisão sobre o número de itinerários e turmas ofertados nas escolas, também propõem oficinas temáticas sobre “Como promover equidade na implementação do Novo Ensino Médio” (FRENTE, 2020a, p. 46). Em particular, o Consed reconhece a dificuldade prática de efetivar a liberdade de

escolha individual para quem estuda no período noturno ou vive em municípios com poucas escolas. No estado de São Paulo, por exemplo, 334 (51,8%) dos 645 municípios possuem apenas uma escola pública de ensino médio (Inep, Censo Escolar 2020).

Os/As estudantes não podem escolher suas trajetórias escolares a partir dos cardápios de itinerários pré-definidos pelas redes de ensino em pelo menos metade dos municípios do país, devendo contar com a sorte de os itinerários ofertados coincidirem com as suas escolhas pessoais. Assim, as soluções propostas pelo Consed para garantir alguma escolha para estudantes do período noturno e das cidades pequenas incluem o trabalho escolar com ‘projetos de pesquisa’ (em itinerários não escolhidos pelos/as estudantes) e a adoção massiva da modalidade EaD (figura 1).

Internamente, no âmbito da Frente Currículo e Novo Ensino Médio do Consed, secretarias estaduais e parceiros privados definem estratégias para lidar com aquilo que – porquanto óbvio –, vem sendo duramente criticado pelo campo educacional desde a edição da MP n. 746/2016: a realidade material das redes estaduais de ensino do país inviabiliza a arquitetura curricular ‘flexível’ fundada na liberdade de escolha (FERRETI & SILVA, 2017; SILVA, 2018). E sendo tal liberdade determinada por condições materiais estruturais que o Novo Ensino Médio (uma reforma de currículo) não pretende enfrentar, as desigualdades educacionais serão aprofundadas pela reforma, em vez de mitigadas. É isso o que vemos para o estado de São Paulo, que lidera a implementação do NEM no país, mas também promove uma distribuição um tanto desigual da ‘liberdade de escolha’.

Figura 1: Propostas da Frente Currículo e Novo Ensino Médio para efetivar a escolha de estudantes do período noturno e das cidades pequenas





Fonte: Material da oficina sobre equidade ministrada no terceiro encontro da Frente Currículo e Novo Ensino Médio, 2020. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1VfosWRqVKjdc7kYct7shL0ykiV-8eueQ>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

Dados e fontes da pesquisa

Além da análise dos mencionados documentos do GT-EM do Consed e da Frente Currículo e Novo Ensino Médio, a hipótese da 'liberdade de escolha' no NEM paulista foi testada por meio do cruzamento dos seguintes dados quantitativos: i) resultados da enquete de 'manifestação de interesse' *online*, formulada pela Seduc-SP e respondida por estudantes do primeiro ano do ensino médio entre junho e julho de 2021; ii) oferta de itinerários formativos por escola estadual em 2022; e iii) variáveis socioeconômicas referentes às escolas estaduais paulistas⁴.

Tanto os resultados da enquete quanto os dados da oferta de itinerários foram obtidos da Seduc-SP via solicitação com base na Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011). Os dados socioeconômicos (renda média e escolaridade de mãe e pai) foram obtidos dos microdados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – Saresp de 2019. O Índice de Nível Socioeconômico – INSE por escola foi obtido do portal de Dados Abertos da Seduc-SP e se refere aos questionários socioeconômicos do Saresp 2018. Os dados fornecidos pela Seduc-SP incluem as respostas ao questionário *online* para 3.635 escolas e a oferta de itinerários para 3.698 escolas. A comparação das duas bases de dados permite verificar a ausência de informações sobre as escolhas dos/as estudantes para 110 escolas que forneceram dados de oferta, incluindo 83 classes escolares instaladas em unidades da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente

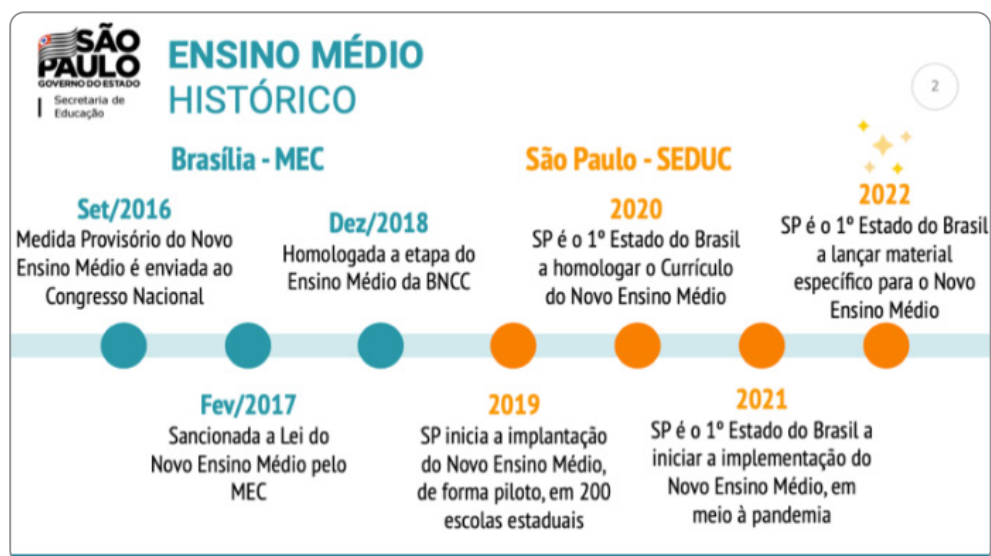
– Fundação CASA e duas escolas rurais. Também faltam informações sobre a oferta para 25 escolas incluídas na base de dados da enquete *online*, incluindo quatro escolas indígenas, três classes vinculadas da Fundação CASA e uma escola rural.

Liberdades desiguais

A escolha individual na rede estadual paulista foi efetivamente exercida por meio do preenchimento de um questionário *online*, de ‘manifestação de interesse’, distribuído entre junho e julho de 2021 a 423.874 estudantes do primeiro ano do ensino médio. Ao todo, 376.019 estudantes responderam à pesquisa (88,7% do público-alvo, em 3.635 escolas). O cardápio de itinerários à escolha (tabela 1) era composto por: a) dez itinerários de aprofundamento nas quatro áreas do conhecimento – Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – individualmente ou combinadas duas a duas nos chamados ‘itinerários integrados’; b) quatro dos itinerários anteriores combinados com cursos de qualificação profissional de curta duração (Novotec Expresso); e c) 21 cursos profissionalizantes de 900 horas (Novotec Integrado). Os/As estudantes eram obrigados/as a escolher, dentre os dez itinerários de aprofundamento do primeiro grupo, pelo menos seis, colocando-os em ordem de prioridade. A escolha pelos 25 itinerários profissionalizantes restantes era opcional.

A enquete foi realizada durante a pandemia, fato de que se orgulhou o governo de São Paulo, a ponto de incluir o feito como marco na linha do tempo de implantação da reforma do ensino médio apresentada à imprensa no início de 2022 (figura 2). A falta de políticas públicas para a garantia de acesso à internet aos/as estudantes levou a rede estadual paulista a uma situação periclitante durante a pandemia. Segundo dados levantados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, oito em cada dez estudantes da rede estadual não chegaram a permanecer mais de duas horas conectados/as ao aplicativo oficial para o acompanhamento das aulas *online* (o Centro de Mídias da Educação de São Paulo) ao longo de todo o ano de 2020 (TCE-SP, 2020). A situação mudou pouco em 2021, já que a distribuição de pacotes de internet a estudantes sem acesso às atividades escolares foi iniciada apenas em fevereiro de 2021, quase um ano após a suspensão das aulas presenciais na rede estadual (CÁSSIO, 2021).

Figura 2: Linha do tempo apresentada pela Seduc-SP no lançamento dos materiais de apoio ao Novo Ensino Médio (13 jan. 2022)



Fonte: Seduc, SP. Apresentação disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1kjUVRSGqVGccMfy_2g-QKDnW-MGm0Aa9x>. Acesso em: 15 mai. 2022.

Além da falta de internet, o acesso às informações sobre os itinerários passíveis de escolha foi limitado aos/as estudantes. O *site* oficial do NEM⁵, com a matriz curricular dos itinerários e as ementas detalhadas, por exemplo, só foi lançado depois do encerramento da consulta *online*. No período do preenchimento do formulário, os/as estudantes tiveram acesso apenas a uma “breve descrição” (três linhas) e a uma “ementa geral” (de leitura opcional) de cada itinerário. Não obstante sucintas, as 35 ementas em PDF somavam 72 páginas, material extenso de leitura que permitiria aos/as estudantes conhecer as trajetórias possíveis para uma escolha qualificada. Para professores/as e gestores/as escolares, igualmente alijados/as das discussões sobre a elaboração e a implementação da reforma, a Seduc-SP chegou a organizar algumas *lives* sobre a implementação do NEM, mas manteve as caixas de comentários desativadas, impedindo que os/as participantes tirassem dúvidas ou registrassem as suas observações (GOULART & CÁSSIO, 2021; GOULART, CÁSSIO & SILVA, 2021).

A tabela 1 apresenta um resumo das escolhas dos/as estudantes (números da *enquete online*) em comparação à oferta efetiva dos respectivos itinerários formativos nas escolas da rede estadual paulista. As linhas em destaque representam os dois itinerários formativos mais frequentemente ofertados nas escolas. Considerando um universo de mais de 375 mil respondentes com a possibilidade de escolher dez itinerários formativos em qualquer ordem de prioridade, além de outros 25 itinerários profissionalizantes opcionais, não surpreende que a consulta tenha resultado numa distribuição homogênea das escolhas.

Tabela 1: Escolhas dos estudantes (total de 376.019 respondentes, em 3.635 escolas) por oferta de itinerários formativos nas escolas de ensino médio da rede estadual de São Paulo, 2021-2022

| Itinerários Formativos de Aprofundamento | Área ^a | Nº de respostas | % de escolha ^b | Oferta total ^c | Oferta nas escolas únicas |
|--|-------------------|-----------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Corpo, saúde e linguagens | LING + CN | 335.675 | 89,27% | 42,41% | 29,19% |
| Cultura em movimento | LING + CHS | 332.024 | 88,30% | 104,91% | 120,81% |
| A cultura do solo | CHS + CN | 329.202 | 87,55% | 20,15% | 19,91% |
| #SeLiganaMídia | LING | 325.788 | 86,64% | 24,63% | 9,28% |
| Ciências em ação! | CN | 320.693 | 85,29% | 9,29% | 4,19% |
| Start! Hora do desafio! | LING + MAT | 319.654 | 85,01% | 25,87% | 24,85% |
| Superar desafios é de humanas | CHS | 317.445 | 84,42% | 10,25% | 2,99% |
| Meu papel no desenvolvimento sustentável | MAT + CN | 315.030 | 83,78% | 90,75% | 116,62% |
| Matemática conectada | MAT | 312.129 | 83,01% | 20,89% | 8,83% |
| Ciências humanas, arte, matemática | MAT + CHS | 309.274 | 82,25% | 32,29% | 25,45% |
| Liderança e cidadania ^d | CHS | – | – | 0,98% | 1,50% |
| Itinerários Formativos do Novotec Expresso (cursos rápidos de qualificação profissional) | Área | Nº de respostas | % de escolha | Oferta total | Oferta nas escolas únicas |
| Matemática conectada | MAT + QUAL | 125.989 | 33,51% | 3,57% | 0,00% |
| #SeLiganaMídia | LING + QUAL | 112.593 | 29,94% | 6,27% | 2,69% |
| Ciência em ação! | CN + QUAL | 104.699 | 27,84% | 4,16% | 4,18% |
| Superar desafios é de humanas | CHS + QUAL | 101.138 | 26,90% | 1,49% | 0,00% |

| Itinerários Formativos do Novotec Integrado (cursos profissionalizantes de 900 horas) | Área | Nº de respostas | % de escolha | Oferta total ^e | Oferta nas escolas únicas |
|---|---------|-----------------|--------------|---------------------------|---------------------------|
| Administração | TÉCNICO | 129.091 | 34,33% | | |
| Informática para Internet | TÉCNICO | 121.352 | 32,27% | | |
| Marketing | TÉCNICO | 99.643 | 26,50% | | |
| Design Gráfico | TÉCNICO | 92.608 | 24,63% | | |
| Desenvolvimento de Sistemas | TÉCNICO | 83.568 | 22,22% | | |
| Eletrônica | TÉCNICO | 81.011 | 21,54% | | |
| Comércio | TÉCNICO | 80.604 | 21,44% | | |
| Finanças | TÉCNICO | 67.606 | 17,98% | | |
| Contabilidade | TÉCNICO | 62.426 | 16,60% | | |
| Design de Interiores | TÉCNICO | 61.926 | 16,47% | | |
| Recursos Humanos | TÉCNICO | 61.218 | 16,28% | | |
| Eletrotécnica | TÉCNICO | 61.051 | 16,24% | | |
| Farmácia | TÉCNICO | 60.302 | 16,04% | | |
| Nutrição | TÉCNICO | 60.026 | 15,96% | | |
| Eventos | TÉCNICO | 58.419 | 15,54% | | |
| Química | TÉCNICO | 53.697 | 14,28% | | |
| Logística | TÉCNICO | 53.338 | 14,18% | | |
| Serviços Jurídicos | TÉCNICO | 50.478 | 13,42% | | |
| Análises Clínicas | TÉCNICO | 48.713 | 12,95% | | |
| Guia de Turismo | TÉCNICO | 44.720 | 11,89% | | |
| Serviços Públicos | TÉCNICO | 44.640 | 11,87% | | |

^aLING = Linguagens e suas Tecnologias; MAT = Matemática e suas Tecnologias; CN = Ciências da Natureza e suas Tecnologias; CHS = Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; QUAL = Qualificação profissional. ^bO percentual de escolha foi calculado sobre o total de estudantes no 1º ano do EM na rede paulista em 2021 (N = 423.874). ^cPorcentagens superiores a 100% indicam que os referidos itinerários formativos aparecem, em média, mais de uma vez por escola. ^dO itinerário 'Liderança e cidadania' não estava incluído entre as opções da enquete *online*. ^eA Seduc-SP não forneceu os dados de oferta para os cursos do Novotec Integrado.

Fonte: Elaborada pelos/as autores/as, com base em dados da oferta de itinerários e de escolha dos/as estudantes (enquete *online*) obtidos da Seduc-SP via Lei de Acesso à Informação, 2022.

Todos os itinerários de aprofundamento foram escolhidos por uma fração de respondentes entre 82,25% e 89,26% do total de participantes, correspondendo a 73-79% do total de matrículas no primeiro ano do ensino médio na rede estadual. Com efeito, os/as

estudantes eram obrigados/as a escolher ao menos seis dos dez itinerários de aprofundamento, de modo que todos acabaram sendo votados pela maioria, respaldando qualquer oferta de itinerários que fosse decidida posteriormente. A escolha pelos itinerários profissionalizantes (Novotec Expresso e Novotec Integrado), não obrigatória, foi registrada por um número significativamente menor de estudantes, o que pode indicar tanto o desinteresse pelas propostas apresentadas, quanto um problema da própria arquitetura curricular traduzida na enquete: um número muito grande de opções com acesso restrito às informações e tempo reduzido para decidir.

Tendo em vista a metodologia utilizada pela Seduc-SP, podemos detectar dois pontos críticos no processo de escolha dos itinerários: i) realização de enquete *online* (durante a pandemia) a partir de um instrumento de consulta extenso, que listava 35 itinerários formativos diferentes, cada um com uma ementa que deveria ser lida e compreendida pelo/a estudante; ii) obrigação de escolher um número grande de itinerários (no mínimo seis, podendo chegar a 35 opções), quando, na verdade, o/a estudante só poderia cursar um deles.

No início de junho de 2021, a Seduc-SP estabeleceu um cronograma prevendo que, finalizado o período da manifestação de interesse dos/as futuros/as estudantes do segundo ano, as escolas deveriam decidir, até o início de agosto, os itinerários que seriam efetivamente ofertados em 2022. Sobre a tomada de decisão a respeito da oferta, a Seduc-SP divulgou às escolas uma orientação bastante detalhada:

Cada escola deve definir quais itinerários formativos ofertará;

A quantidade de IF [Itinerários Formativos] ofertados depende da quantidade de turmas de Ensino Médio que a escola tem;

A Seduc apoiará as DEs [Diretorias de Ensino] na orientação aos diretores de escola e equipes escolares quanto ao processo de definição de quais IFs ofertar em cada escola, para atender aos interesses dos estudantes, dentro das possibilidades da escola; (...)

Todas as escolas devem ofertar, no mínimo, duas opções de aprofundamento curricular, inclusive as escolas que só possuem uma turma indo para a 2ª série em 2022;

Além disso, todas as áreas do conhecimento devem estar contempladas nas opções ofertadas pela escola;

Essa regra vale para cada turno (diurno e noturno);

Caso haja demanda dos estudantes e a escola comporte, a escola poderá ofertar mais de uma turma de um mesmo IF. (...)

Todas as escolas, mesmo as muito pequenas, deverão ofertar 2 itinerários;

Os supervisores ponto focal do Ensino Médio de cada diretoria de ensino identificarão quais são essas escolas em cada DE e para traçar um plano de oferta de 2 turmas de itinerário;

Esse processo deve ocorrer durante o período de manifestação de interesse e a SEDUC irá passar orientações de como deverá acontecer;

A SEDUC irá apresentar para os pontos focais alguns modelos de implementação possíveis para discussão com as escolas, envolvendo uso de tecnologia, turmas multisseriadas etc (SÃO PAULO, 2021, p. 67-68; 70).

De acordo com as orientações da Seduc-SP para a definição de itinerários formativos, embora a proposta do NEM permita que as escolas criem itinerários adaptados a seus contextos locais, no “primeiro ano de implementação dos itinerários (2022), as escolas devem ofertar apenas as opções desenhadas pela SEDUC”. A justificativa do governo estadual é que as comunidades escolares, ao ganharem maior entendimento sobre os itinerários formativos, “terão maturidade para construir suas propostas ou adaptar as apresentadas pela SEDUC, de acordo com sua realidade” (SÃO PAULO, 2021, p. 69).

Apesar da proibição, os dados de oferta apresentados na tabela 1 mostram que um segundo itinerário da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – intitulado *Liderança e cidadania*, não submetido ao escrutínio dos/as estudantes – seria ofertado em 0,98% das escolas da rede estadual. Nas ementas detalhadas dos itinerários divulgadas pela Seduc-SP após o término da consulta, consta que, caso a equipe escolar tenha interesse de desenvolver esta segunda opção de itinerário de humanidades, “deve haver um diálogo prévio com os estudantes que cursarão este Itinerário. A proposta do Novo Ensino Médio permite que as unidades escolares, diretorias de ensino e outras organizações da sociedade civil construam propostas de itinerários formativos” (SÃO PAULO, 2022, p. 39). A organização da sociedade civil que construiu o referido itinerário é o Instituto Politize!, especializado em programas escolares de educação política ideologicamente alinhados a *think tanks* liberais e fundações/institutos educacionais empresariais. A Seduc-SP ainda não informou a razão pela qual as escolas da rede estadual foram impedidas de adaptar os itinerários formativos ao mesmo tempo em que uma organização privada pôde incluir um itinerário adicional nas ementas oficiais⁶.

Além das orientações estritas e da designação de servidores nas DEs como pontos focais para orientar as escolas na definição dos itinerários, a Seduc-SP também apresentou às escolas alguns exemplos de oferta “*dentre todas as combinações possíveis*” (SÃO PAULO, 2021, p. 72-75, grifo no original), visando garantir, especialmente nas unidades com número pequeno de turmas, que as quatro áreas do conhecimento fossem contempladas na combinação dos itinerários ofertados. É isso o que mostram os dados de oferta da tabela 1. Embora os dez itinerários de aprofundamento tenham sido escolhidos por praticamente a mesma quantidade de estudantes, dois deles foram muito mais ofertados nas escolas que os demais: os itinerários integrados *Cultura em movimento: diferentes formas de narrar a experiência humana* (Linguagens e suas Tecnologias + Ciências Humanas e Sociais Aplicadas); e *Meu papel no desenvolvimento sustentável* (Matemática e suas Tecnologias + Ciências da Natureza e suas Tecnologias).

Em média, esses dois itinerários específicos foram ofertados 1,05 e 0,91 vezes por escola, respectivamente (linhas destacadas da tabela 1, com porcentagens superiores a 100%). Se considerarmos apenas as 334 escolas estaduais de ensino médio únicas em seus municípios, esses números crescem para 1,21 e 1,17 vezes por escola. Ao mesmo tempo, os quatro itinerários de áreas únicas, menos ofertados que os integrados na rede como um todo, são ainda menos frequentes nos municípios paulistas que possuem uma única escola de ensino médio. Vale ressaltar que os itinerários de área única representam precisamente o modelo de diversificação curricular apresentado na Lei n. 13.415/2017 e difundido como propaganda governamental, juntamente com os itinerários de formação profissional.

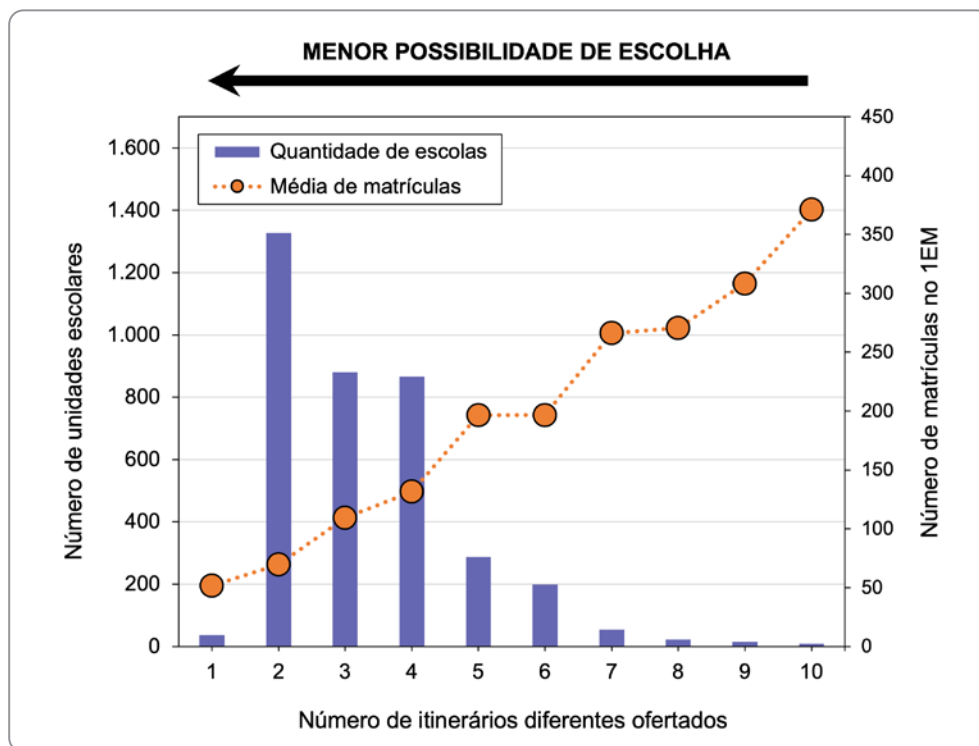
A relação entre o número de matrículas (tamanho da escola) e a variedade de itinerários ofertados nas escolas está descrita no gráfico da figura 3, que mostra que 1.327 (35,9%) das escolas de ensino médio da rede ofertam apenas dois itinerários formativos, o mínimo exigido pela Seduc-SP. Destas, 71,7% (25,7% do total da rede) oferecem *exatamente* os mesmos dois itinerários, *Cultura em movimento* e *Meu papel no desenvolvimento sustentável*. Considerando que, por meio da combinação de dois itinerários formativos integrados, haveria outras possibilidades de garantir que todas as áreas do conhecimento estivessem cobertas nas escolas e que, além disso, as regras de preenchimento da enquete *online* produziram um inevitável equilíbrio entre as escolhas dos/as estudantes (tabela 1), a oferta dos mesmos dois itinerários formativos em 952 escolas estaduais não se deve a escolhas individuais coincidentes entre estudantes de todo o estado.

Solicitamos à Seduc-SP os dados da priorização dos itinerários formativos pelos/as estudantes (primeira e segunda opções na enquete *online*), o que permitiria refinar a análise dessa escolha. Contudo, o órgão não forneceu as informações. Respondeu ao pedido não com os dados solicitados, mas com o número de estudantes que escolheram os itinerários *ofertados* nas escolas como sua primeira opção – ou seja, a escolha que ocorreu quando as ofertas já estavam devidamente definidas nas escolas, meses depois da enquete de manifestação de interesse.

A quantidade de escolas de ensino médio que ofertam entre dois e quatro itinerários formativos chega a 83,1% do total da rede. O aumento da variedade de itinerários formativos é acompanhado pelo aumento da média de matrículas na escola (linha pontilhada laranja da figura 3), de modo que um número muito pequeno de unidades escolares oferece mais de cinco itinerários: em geral, aquelas que possuem mais de 175 estudantes matriculados/as no primeiro ano do ensino médio. Na outra ponta da distribuição, 37 unidades escolares ofertam um único itinerário formativo e, assim, nem mesmo garantem a existência das quatro áreas do conhecimento exigida pela Seduc-SP: são 26 classes escolares instaladas em unidades da Fundação CASA, seis escolas regulares urbanas (quatro delas com menos de 50 estudantes), quatro escolas rurais e uma escola indígena. Considerando que a base de dados de manifestação de interesse dos/as estudantes praticamente não contém informações sobre as classes vinculadas da Fundação CASA, depreende-se

que a 'liberdade de escolha' dos/as adolescentes em situação de privação de liberdade é a mais limitada de todas.

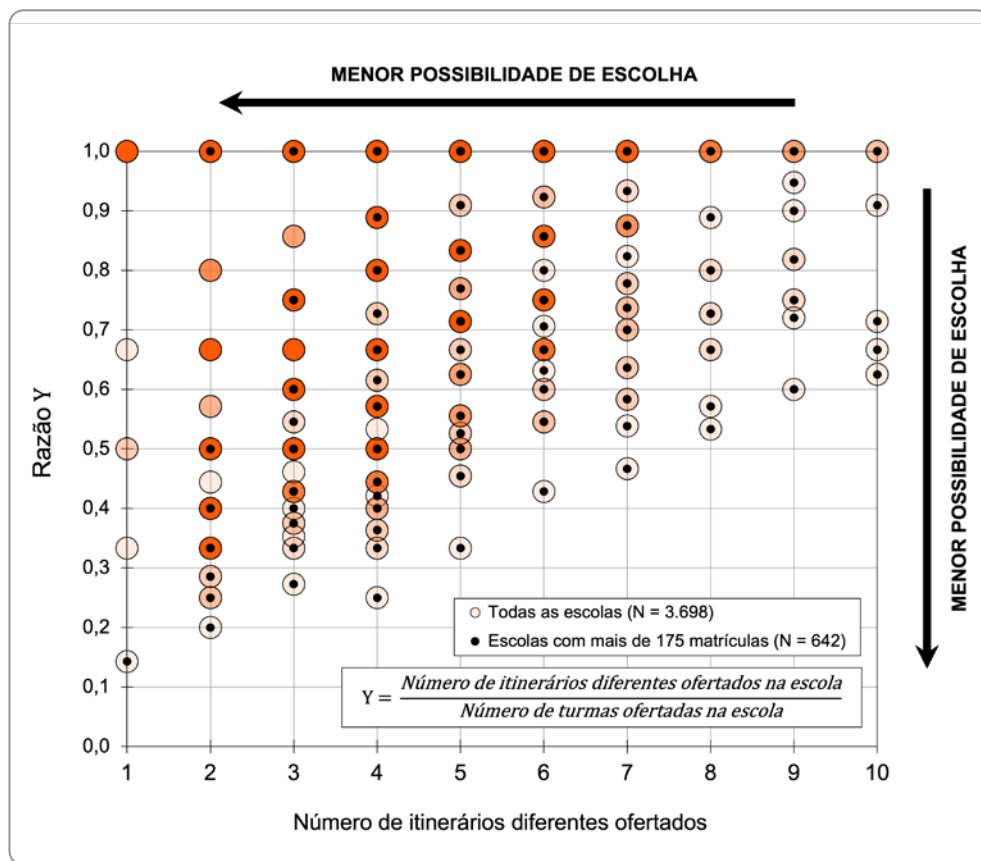
Figura 3: Oferta de itinerários formativos por escola (N = 3.698 escolas) por número médio de matrículas no 1º ano do ensino médio na rede estadual de São Paulo, 2022



Fonte: Elaborada pelos/as autores/as, 2022, com base em dados da oferta de itinerários e de escolha dos/as estudantes (enquete *online*) obtidos via Lei de Acesso à Informação, 2021.

Para além do tamanho da escola e do fato de ela ser única (ou quase única) no município, a decisão sobre a oferta dos itinerários formativos é influenciada por variáveis relacionadas à própria gestão da escola. O gráfico da figura 4 mostra que a oferta de itinerários formativos na maioria das escolas de ensino médio da rede estadual tende a se concentrar em uma variedade menor, ainda que essas unidades escolares possuam uma quantidade de matrículas suficientemente grande para justificar a ampliação do número de itinerários ofertados. Essa tendência pode ser observada através do valor da razão Y entre o número de itinerários diferentes e o número total de turmas ofertadas nas escolas, que dá uma ideia da variedade de itinerários nas escolas maiores. No gráfico, as cores mais fortes representam as situações mais frequentes. Os pontos escuros representam as unidades com mais de 175 matrículas no segundo ano do ensino médio em 2022 (N = 642 escolas).

Figura 4: Oferta de itinerários formativos por razão entre o número de itinerários diferentes ofertados e o total de turmas na escola (N = 3.698 escolas), 2022



Fonte: Elaborada pelos/as autores/as, com base em dados da oferta de itinerários obtidos via Lei de Acesso à Informação, 2022.

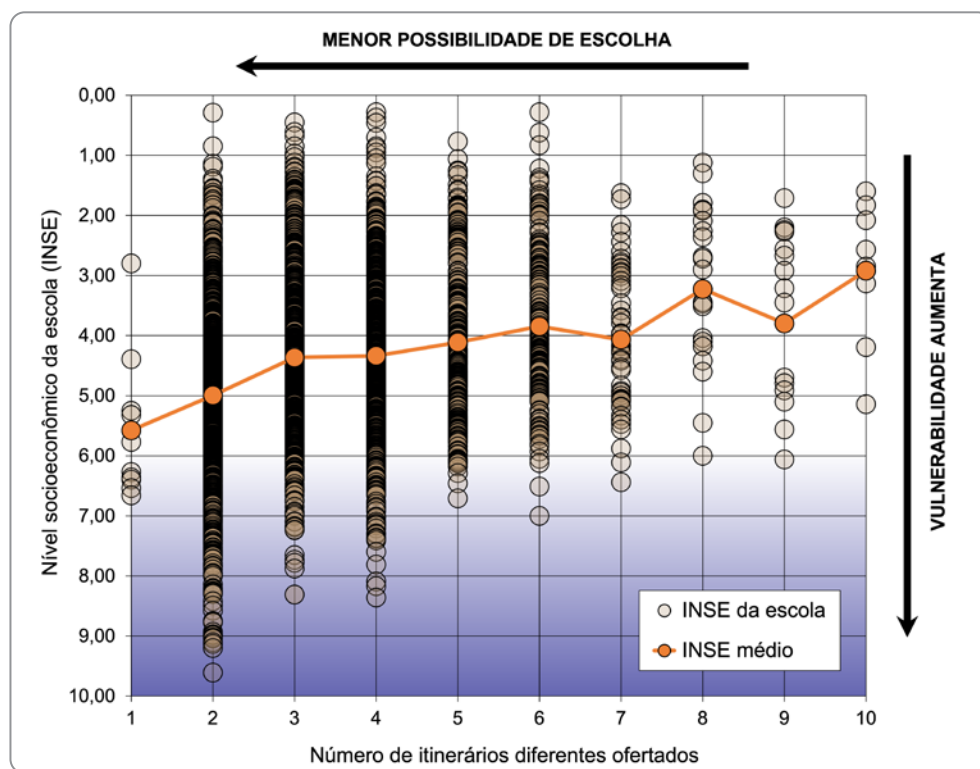
Uma escola estadual do município de Arujá/SP com estimativa de 280 matrículas para o segundo ano do ensino médio, por exemplo, ofertará sete turmas de itinerários formativos (aproximadamente 39 estudantes/classe) em 2022, mas decidiu que todas elas serão de um único itinerário ($Y = 0,14$). Uma segunda escola da Zona Sul da cidade de São Paulo (535 matrículas para o segundo ano em 2022) previu 15 turmas de cinco itinerários diferentes ($Y = 0,33$; 36 alunos/classe). A decisão sobre a oferta no nível da escola, nesses casos, leva em conta fatores como: a) o perfil profissional da equipe docente; b) a disponibilidade de salas de aula para a abertura de novas turmas; e c) a gestão cotidiana de um grande número de itinerários formativos, exigindo que o corpo docente assuma diversas unidades curriculares simultaneamente.

Apontada pela Frente Currículo e Novo Ensino Médio do Consed como um dos cenários de oferta possíveis nas redes estaduais (FRENTE, 2020d), a garantia de uma

oferta mínima de itinerários que contemple as áreas do conhecimento nas escolas (mas não necessariamente as escolhas individuais dos estudantes) é a política de oferta de itinerários efetivamente praticada na rede estadual paulista. E, considerando ainda que as políticas de enturmação da Seduc-SP nos últimos anos vão precisamente no sentido do fechamento de turmas e da concentração de estudantes em classes maiores e de tamanho homogêneo (CÁSSIO *et al.*, 2016; TRAVITZKI & CÁSSIO, 2017) – com vistas à economia de recursos –, não surpreende que o governo paulista limite a oferta de itinerários formativos por escola ao mínimo possível, evitando-se a ampliação do número de turmas. Como consequência, sacrifica-se a ‘liberdade de escolha’ prometida a estudantes do ensino médio.

Limitada pelo tamanho das escolas e dos municípios em que estão localizadas e por uma série de outros fatores relacionados à gestão escolar, a ‘liberdade de escolha’ dos/as estudantes também está desigualmente distribuída do ponto de vista socioeconômico na rede estadual paulista. Os gráficos das figuras 5 e 6 relacionam algumas variáveis socioeconômicas das escolas ao número de itinerários formativos nelas ofertados. O Índice de Nível Socioeconômico – INSE por escola, calculado pela Seduc-SP a partir de dados coletados nos questionários socioeconômicos do Saresp (grau de escolaridade dos pais, renda familiar e posse de bens de consumo duráveis na residência)⁷, exibe uma tendência de diminuição à medida em que o número de itinerários formativos diferentes aumenta nas escolas (figura 5). Da mesma forma, o aumento da renda e da escolaridade média das famílias nas escolas de ensino médio da rede paulista (figura 6) acompanha o aumento da variedade de itinerários formativos nestas mesmas escolas. Em outras palavras, quem estuda em escolas com perfil socioeconômico mais baixo (estudantes mais vulneráveis da rede) tem, em geral, menor possibilidade de escolha do que quem estuda nas escolas com perfil socioeconômico mais elevado. O INSE consiste em uma escala de 0 a 10 que progride das escolas estaduais de maior para as de menor nível socioeconômico (eixo do gráfico em ordem inversa).

Figura 5: Oferta de itinerários formativos por Índice de Nível Socioeconômico – INSE das escolas de ensino médio da rede estadual de São Paulo, 2022

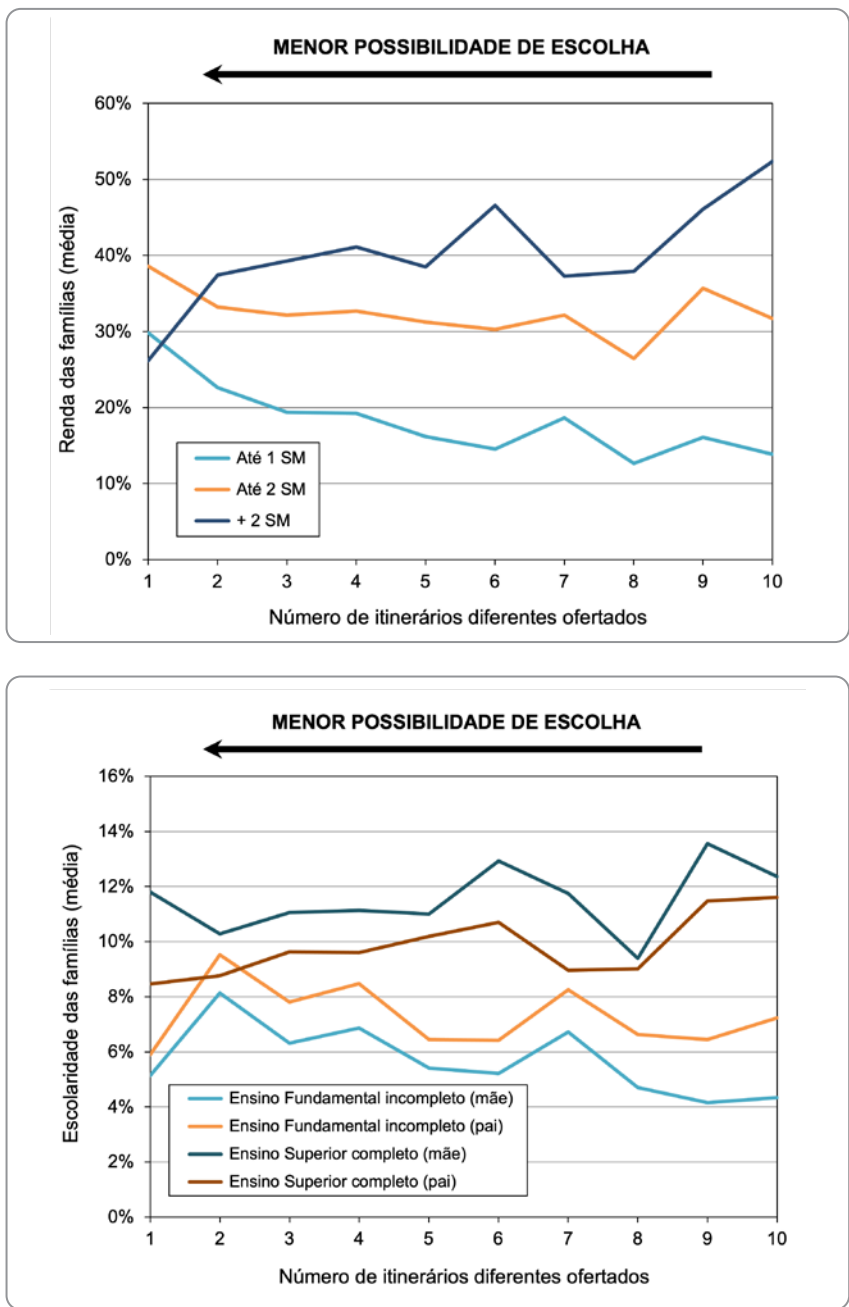


Fonte: Elaborada pelos/as autores/as, 2022, com base em dados da oferta de itinerários obtidos via Lei de Acesso à Informação (2022) e no INSE, calculado pela Seduc-SP a partir dos questionários socioeconômicos do Saresp 2018.

A indução de desigualdades escolares não é uma novidade na educação pública do estado de São Paulo, haja vista os exaustivamente descritos efeitos segregadores do Programa Ensino Integral – PEI, que concentra estudantes de classe média em escolas de jornada ampliada e a maioria dos mais pobres em escolas superlotadas e em condições de carestia (GIROTTO & CÁSSIO, 2018; REPU, 2021). Já a partir do primeiro ano de sua implementação no estado de São Paulo, pode-se afirmar que o NEM segue a mesma tendência de indução de desigualdades escolares do PEI.

Na medida em que o NEM é uma reforma curricular que promete revolucionar o ensino médio brasileiro unicamente a partir do currículo e com mínimo investimento público, ele não prevê ampliação física das redes de ensino nem a contratação e a valorização de profissionais da educação, tampouco políticas que garantam a permanência de estudantes trabalhadores/as nas escolas de jornada ampliada. A implementação de uma reforma curricular de grandes proporções sem uma alteração substantiva das condições materiais das escolas resulta no reforço de desigualdades escolares que já existem como desigualdades sociais.

Figura 6: Oferta de itinerários formativos por renda média (esquerda) e escolaridade média (direita) das famílias nas escolas de ensino médio da rede estadual de São Paulo, 2022



Fonte: Elaborada pelos/as autores/as, 2022, com base em dados da oferta de itinerários obtidos via Lei de Acesso à Informação e nos questionários socioeconômicos do Saresp 2019.

Considerações finais

O estado de São Paulo, cujo governo se autocongratula por liderar a implementação do NEM no país, é também o primeiro a demonstrar a falácia da liberdade de escolha prometida pela reforma do ensino médio. O fato de as condições materiais das escolas sobrepujarem as escolhas individuais na tomada de decisões sobre a oferta dos itinerários formativos não é propriamente uma novidade. Os achados desta pesquisa, nesse sentido, já eram esperados por um grande número de especialistas em educação que trabalham nas escolas ou que as tem como tema de estudo.

Como mostram os documentos da Frente Currículo e Novo Ensino Médio do Consed, os/as implementadores/as da reforma também sabiam que a liberdade de escolha individual era uma promessa que só poderia ser realizada – a assim mesmo com muitas restrições – se a reforma fosse acompanhada de investimentos massivos para aumentar a capacidade instalada das redes e a contratação de pessoal para uma ampliação significativa das turmas. Se considerarmos as outras duas promessas da reforma – qualificação profissional e jornada escolar ampliada universais – esses custos seriam ainda mais elevados.

A análise combinada dos dados de ‘escolha’ dos/as estudantes e da oferta de itinerários formativos nas escolas de ensino médio da rede estadual de São Paulo revela aquilo que a propaganda governamental da reforma do ensino médio sempre tentou escamotear: a ‘livre escolha’ prometida aos/as estudantes é estritamente limitada pelas condições materiais da rede de ensino e, sobretudo, das escolas. E uma vez que tais condições não estão sendo substantivamente alteradas com a reforma, a liberdade de escolha continuará sendo um privilégio daqueles/as que sempre gozaram dela: estudantes das escolas privadas provenientes das elites, das classes médias e, como mostram os dados analisados na pesquisa, estudantes da rede estadual mais privilegiados.

Tomada como um valor acima das relações sociais, a liberdade de escolha foi o elemento ideológico que auxiliou a implementação da reforma do ensino médio. Em novembro de 2016, o Ibope divulgou uma pesquisa de opinião encomendada pelo MEC com diversas perguntas relacionadas ao conteúdo da MP n. 746/2016, na qual 70% dos/as respondentes se declararam favoráveis a que os/as estudantes pudessem escolher as disciplinas que desejam cursar no ensino médio e 86% eram a favor da ampliação do número de escolas de ensino médio em período integral.⁸ A pesquisa também pedia que os/as respondentes avaliassem a educação no Brasil (91% das avaliações oscilaram entre ‘regular’ e ‘péssima’) e, por fim, se declarassem favoráveis ou contrários à reforma do ensino médio. A conclusão óbvia é que a maioria dos/as respondentes (72%) se colocou a favor de uma reforma educacional associada ao aumento da liberdade e à melhoria da qualidade das escolas.

Contudo, o uso da ‘liberdade de escolha’ como elemento de propaganda⁹ serve para ocultar não apenas a limitação material da escolha igualitária, mas também para induzir a

reprodução de condições desiguais de classe, raça, gênero e território nas redes de ensino. Como mostram os dados desta pesquisa, o NEM em São Paulo não apenas descumprir a promessa de liberdade de escolha, mas também impõe aos/as estudantes mais pobres condições inferiores de escolarização.

Recebido em: 19/05/2022; Aprovado em: 27/06/2022.

Notas

- 1 Vetor Brasil é uma organização da sociedade civil que atua na formação da burocracia para o setor público. Em 2019, enquanto apoiava a Frente Currículo e Novo Ensino Médio do Consed, realizou junto à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) o projeto Líderes Públicos, com “pré-seleção de 34 Dirigentes Regionais de Educação para nova gestão [governo João Dória]” (VETOR BRASIL, 2019, p. 16). Em 2021, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo – SDE, foi responsável por um programa que ofereceu curso de pós-graduação *lato sensu* (realizado pelo Insper e apoiado por Fundação Brava e Fundação Itaú Educação e Cultura) em 15 Diretorias de Ensino da rede estadual de São Paulo, com vistas à expansão do Programa Novotec. Disponível em: <<https://vetorbrasil.org/novotec>>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- 2 Como secretário de educação de Santa Catarina, Eduardo Deschamps foi presidente do Consed até 2016. Passou à presidência do CNE, cargo em que permaneceu até 2018, seguindo como conselheiro do órgão até 2020.
- 3 Especialista em Educação Matemática e ligada a diversos institutos e coalizões empresariais de educação, Kátia Stocco Smole substituiu Rossieli Soares da Silva na Secretária de Educação Básica do MEC em 2018, quando este ascendeu ao cargo de ministro da educação. A partir de 2018, Rossieli assumiu a Seduc-SP na administração de João Dória, onde permaneceu até abril de 2022. Como secretário, passou a coordenar a Frente Currículo e Novo Ensino Médio do Consed, que teve como assessora Kátia Smole, atual diretora executiva do Instituto Reúna e que também preside a Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação de São Paulo – CEE-SP. As idas e vindas de Smole entre as esferas pública e privada exemplificam o que, em política, se costuma chamar de ‘porta giratória’.
- 4 Além desses conjuntos de dados, a Nota Técnica da Rede Escola Pública e Universidade – REPU, lançada em junho de 2022, analisou os problemas de alocação de professores/as nos itinerários formativos do NEM paulista e a ‘expansão’ da carga horária para estudantes do período noturno. Concluiu-se que o governo paulista não está cumprindo as 1.000 horas letivas anuais obrigatórias no ensino médio, segundo estabelece a Lei n. 13.415/2017 (REPU, 2022).
- 5 Disponível em: <<https://novoensinomedio.educacao.sp.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- 6 Em resposta ao pedido de informação específico, a Seduc-SP informou que a parceria com o Politize! foi estabelecida por meio de um Acordo de Cooperação, e consistiu na realização de um programa-piloto em 56 escolas da rede estadual. A lista das escolas foi fornecida, mas não os detalhes sobre o programa e nem os critérios de escolha das unidades escolares. A fim de protelar o envio das informações, a Seduc-SP invocou a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD, Lei n. 13.709/2018) para justificar a necessidade de apresentar pedido de vistas ao processo administrativo físico relativo ao acordo de cooperação diretamente à Chefia de Gabinete do órgão.
- 7 O INSE é medido numa escala de 0 a 10, que progride das escolas estaduais de maior para as de menor nível socioeconômico. As escolas estaduais Prof. João Borges e Prof. Antônio Alves Cruz, localizadas em dois bairros nobres da cidade de São Paulo/SP (Tatuapé e Vila Madalena, respectivamente), possuem os maiores níveis socioeconômicos da rede estadual (INSE = 0,28), enquanto a escola estadual rural Profa. Anézia Amorim

Martins, localizada no município de Itaoca/SP, região do Vale do Ribeira, possui o menor nível (INSE = 9,61). A Seduc-SP não disponibiliza os valores do INSE para as classes vinculadas da Fundação CASA. Informações disponíveis em: <<http://catalogo.governoaberto.sp.gov.br/dataset/indice-de-nivel-socioeconomico-inse-por-escola>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

- 8 Dados disponíveis em: <<https://drive.google.com/file/d/1b6y5wTUFhCW0S5YmwYU3e44c8YjvG6lo>>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- 9 Sobre isso, ver RIBEIRO & ZANARDI, 2020.

Referências

BRASIL. *Medida Provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016*. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral... Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 15 mai. 2022.

BUENO, Alana Lemos. *A reforma do ensino médio: do Projeto de Lei n. 6.840 à Lei n. 13.415/2017*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

CÁSSIO, Fernando Luiz *et al.* Demanda social, planejamento e direito à educação básica: uma análise da rede estadual de ensino paulista na transição 2015-2016. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1089-1119, 2016.

CÁSSIO, Fernando. Negacionismo disfarçado. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 14, n. 167, 01 jun. 2021, p. 6-7. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/negacionismo-disfarçado-aulas-presenciais-governo-paulista>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO – CONSED. *Trajetória do GT do EM e suas 4 frentes*. São Paulo: Consed, nov. 2018a. Disponível em: <<https://www.consed.org.br/downloads>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO – CONSED. *Encontro do Grupo de Trabalho Ensino Médio* [sinopse do encontro de 08-09 nov. 2018]. São Paulo: Consed, 2018b. Disponível em: <<https://www.consed.org.br/storage/download/5c19440cd1f1a.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

CORDÃO, Francisco Aparecido. A Reforma do Ensino Médio [entrevista com Rossieli Soares da Silva]. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 274-282, 2017.

FERRETTI, Celso João & SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do ensino médio no contexto da Medida Provisória n. 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, 2017.

FRENTE CURRÍCULO E NOVO ENSINO MÉDIO – FRENTE. *Apresentação da iniciativa*. São Paulo: Consed, jun. 2019a. Disponível em: <<https://www.consed.org.br/storage/download/5d10d64847b1f.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

FRENTE CURRÍCULO E NOVO ENSINO MÉDIO – FRENTE & DESCHAMPS ASSESSORIA E TREINAMENTOS. *Regulamentações necessárias para a (re)elaboração curricular e implementação de novas arquiteturas de Ensino Médio*. Brasília: Deschamps – Assessoria e Treinamentos, 2019b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1VqDbxoGn_bKdklInnG2oBUwLxY5XV4jv>. Acesso em: 15 mai. 2022.

FRENTE CURRÍCULO E NOVO ENSINO MÉDIO – FRENTE. *3º Encontro – Consolidação*. Brasília, Consed, 2020a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14-_qlkzMeIJ4ofBSETaaWwJeRcrpV_n4>. Acesso em: 15 mai. 2022.

FRENTE CURRÍCULO E NOVO ENSINO MÉDIO – FRENTE. *Coletânea de materiais*. Brasília, Consed, 2020b. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1JHSfSw78KAOnG3eXDL0DinkYBNoInEAG>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

FRENTE CURRÍCULO E NOVO ENSINO MÉDIO – FRENTE. *4º Encontro – Consolidação*. Brasília, Consed, 2020c. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1JR4ARnh3als02CU6PvJFoOzlWys2L_mi>. Acesso em: 15 mai. 2022.

FRENTE CURRÍCULO E NOVO ENSINO MÉDIO – FRENTE. *Qual o sistema ideal para gerenciar itinerários formativos nas redes?* Brasília, DF: Consed, 2020d. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/14Ktln79N-hn3PvbxxlyImMpuipkvVgDg>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

GIROTTO, Eduardo Donizeti & CÁSSIO, Fernando L. A desigualdade é a meta: implicações socioespaciais do Programa Ensino Integral na cidade de São Paulo. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 26, n. 109, 2018.

GOULART, Débora C. & ALENCAR, Felipe. Inova Educação na rede estadual paulista: programa empresarial para formação do novo trabalhador. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 13, n. 1, p. 337-366, 2021.

GOULART, Débora & CÁSSIO, Fernando. A farsa do ensino médio self-service. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 12 ago. 2021. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-farsa-do-ensino-medio-self-service>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

GOULART, Débora Cristina; CÁSSIO, Fernando & SILVA, José Alves da. Ensino médio nem-nem. *Carta Capital*, São Paulo, 02 jul. 2021. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/opiniaio/ensino-medio-nem-nem>. Acesso em: 15 mai. 2022.

GOULART, Débora C *et al.* *Inova Educação: leitura crítica sobre a proposta educacional dirigida à juventude paulista*. São Paulo: Ação Educativa / GEPUD / Unifesp, 2021. Disponível em: <<https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2021/10/RELAT%C3%93RIO-INOVA-REV-7-1.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

INSPER. *Programa de cursos em gestão e políticas públicas: relatório de atividades 2017*. São Paulo: Insper, 2017. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/Relatorio-programas-cursos-em-gestao-e-politicas-publicas-2017.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

INSTITUTO REÚNA. *BNCC comentada para o Ensino Médio*. São Paulo: Instituto Reúna, 2020. Disponível em: <<https://www.institutoreuna.org.br/projeto/BNCC-Comentada>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE – REPU. *Sobre o Programa Ensino Integral* [Nota Técnica]. 2 ed. São Paulo: REPU, 2021. Disponível em: <www.repu.com.br/notas-tecnicas>. Acesso em: 15 mai. 2022.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE – REPU. *Novo Ensino Médio e indução de desigualdades escolares na rede estadual de São Paulo* [Nota Técnica]. São Paulo: REPU, 02 jun. 2022. Disponível em: <www.repu.com.br/notas-tecnicas>. Acesso em: 20 jun. 2022.

RIBEIRO, Márcen Pádua & ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. O novo Ensino Médio e a liberdade de escolha. *Educação*, Santa Maria, v. 45, n. 1, e100, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5902/1984644439519>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

SANTOS, Cleverson José dos & SILVA, Monica Ribeiro da. O papel dos agentes intermediários no processo de implementação de uma política educacional: o GT Ensino Médio do Consed e a reforma pela

Lei n. 13.415/2017 no Brasil. *Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 7, e20007, 2022.

SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SEDUC-SP. *Implementação do Novo Ensino Médio* [apresentação de slides aos/as gestores/as escolares]. São Paulo: Seduc-SP, 14 jun. 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1VkpqOVqQjR0KTRHfXnhY1xniAUxssJ_J>. Acesso em: 15 mai. 2022.

SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SEDUC-SP. *Itinerários formativos – Catálogo das ementas detalhadas dos aprofundamentos curriculares*. São Paulo: Seduc-SP, 2022. Disponível em: <https://novoensinomedio.educacao.sp.gov.br/assets/docs_ni/Catalogo_Detalhado_dos_Aprofundamentos_Curriculares_final.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, e214130, 2018.

TRAVITZKI, Rodrigo & CÁSSIO, Fernando Luiz. Tamanho das classes na rede estadual paulista: a gestão da rede pública à margem das desigualdades educacionais. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. esp., p. 159-183, 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – TCE-SP & DIRETORIA DE CONTAS DO GOVERNADOR. *Relatório de fiscalização de natureza operacional sobre a alimentação escolar, o ensino a distância e o retorno às aulas presenciais no âmbito das ações tomadas pela Secretaria de Estado da Educação em virtude da pandemia da Covid-19* [TC n. 17124.989.20-3]. São Paulo: TCE-SP, 31 mar. 2020. (mimeo.)

VETOR BRASIL. *Relatório Anual de Atividades 2019*. São Paulo: Vetor Brasil, 2019. Disponível em: <<https://vetorbrasil.org/transparencia>>. Acesso em: 15 mai. 2022.